

O Retrato de Dorian Gray: Corpos Resultantes da Irresponsabilidade Organizacional

Autoria: Elaine Di Diego Antunes

Resumo

Este ensaio tem como objetivo discutir, ainda que sucintamente, sobre a propaganda responsabilidade social empresarial que é, em muitos casos, ‘realizada’ com fins de promover a imagem das empresas junto à comunidade, o que, de certo modo, enaltece a ‘irresponsabilidade coletiva’ da sociedade, libera o Estado de suas responsabilidades para com os cidadãos e tenta fazer crer na boa fé e nas boas intenções de certas organizações empresariais que, cotidianamente, mascaram suas reais atitudes. Responsabilidade social que tem se apresentado como mais uma de outras tantas criações ‘mágicas’ do mundo empresarial, assim como a qualidade de vida no trabalho, como mais uma das soluções para aumentar a sensação de conforto no âmbito organizacional e, dizem os especialistas, melhorar o desempenho das organizações. Para ilustrar tais acontecimentos, foi utilizado o romance de Oscar Wilde, *O retrato de Dorian Gray*, de modo a mostrar a construção de uma imagem que nem sempre é refletida no espelho, pois o resultado das ações de alguns homens pode aparecer em outros corpos, principalmente, quando o sujeito que reflete tais imagens, ou seja, os corpos resultantes da irresponsabilidade coletiva, não são outros que não os trabalhadores ou, mais precisamente, as vítimas geradas pelo sistema capitalista de produção.

Introdução

Não devo terminar sem externar a minha convicção de que a maior parte do dinheiro gasto pelos ricos em caridade se gasta em aliviar a própria consciência, resgatar o mal que se fez, subornar políticos e solicitar títulos. Não ignoro, tampouco, que oferecemos frequentemente para fins públicos o dinheiro que deveríamos gastar para aumentar os ordenados dos nossos empregados (BERNARD SHAW, 2004).

Peremptoriamente, quicá não fosse verdade, em algumas organizações, as ações ditas socialmente responsáveis têm se apresentado como mais uma de outras tantas criações ‘mágicas’ em nome da produtividade, tais como qualidade de vida no trabalho, dinâmicas de grupos e até técnicas que exploram certo esoterismo nas empresas como soluções razoáveis aumentar a sensação de conforto no âmbito organizacional, melhorar a imagem da empresa junto à comunidade e, dizem os especialistas, desse modo melhorar o desempenho das organizações.

Sem dúvida alguma que o capitalismo moderno tem condições de desenvolver as forças produtivas e, inclusive, melhorar o nível de vida dos trabalhadores. Porém, isso é muito pouco. Qualquer sistema penitenciário bem estruturado pode fornecer três refeições diárias e oportunidades de emprego. (TRAGTENBERG, 1987, p. 24).

Todavia, o que fazemos nós, administradores, inclusive acadêmicos, em uma de nossas funções principais na ânsia de colaborar para com o desenvolvimento das organizações? Utilizamos a palavra e os seres humanos, eis a resposta. Estes últimos até a exaustão. Quanto à palavra, esta diz àqueles que ainda é possível “dar mais um pouquinho” em “benefício de todos”. Transformamos o verbo em nosso escravo, assim como fez o sistema capitalista de produção com homens e mulheres, o mobilizamos, o ensinamos a falar a língua dos “homens de bem”, criando ilusões tais como as que tratam sobre o paraíso, o reino do céu ou o inferno para aqueles poucos diletantes que ousam questionar as regras do bem viver.

Mas relembremos Neruda (2004, p. 137): “não se arrasta uma palavra às vezes como uma serpente?” Perigosa e sempre? Mortal. Não aquela morte vulgar, mas aquela que diz respeito à paralisia cerebral. A morte que nos entorpece e paralisa toda forma de pensar.

Todavia, ao mesmo tempo em que iludimos a outrem, não somos também cooptados pelas fantasias criadas por nós mesmos a tal ponto que acreditarmos no que proferimos? Em algum momento pensamos que mais do que implementar a produtividade organizacional, aumentamos e diversificamos o número de vítimas do sistema capitalista de produção?

Não é assim a responsabilidade social empresarial? Palavras que criam ilusões e ao mesmo tempo imobilizam tantos seres humanos? Nesse sentido, pretendo, portanto, neste ensaio? Discutir com os leitores, ainda que sucintamente, sobre a propagada responsabilidade social empresarial que é, em muitos casos, ‘realizada’ com fins de promover a imagem das empresas junto à comunidade o que, de certo modo, enaltece a ‘irresponsabilidade coletiva’ da sociedade, liberam o Estado de suas responsabilidades para com os cidadãos e fazem crer na boa fé e nas boas intenções de certas organizações empresariais que, cotidianamente, mascaram suas reais atitudes.

Para ilustrar tais acontecimentos, foi utilizado o romance de Oscar Wilde, *O retrato de Dorian Gray*, de modo a mostrar a construção de uma imagem que nem sempre é refletida no espelho, pois o resultado das ações de alguns homens pode aparecer em outros corpos, principalmente, quando o sujeito que reflete tais imagens, ou seja, os corpos resultantes da irresponsabilidade coletiva, não são outros que não os trabalhadores ou, mais precisamente, as vítimas geradas pelo sistema capitalista de produção.

Conversar aqui, porque a existência, como já declarou Paulo Freire (2005, p. 90), é humana e, portanto, “não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. [...] Pois não é no silêncio que homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Assim, este ensaio é uma proposta à reflexão que, quiçá, possa transformar-se em ação, reflexão, em ação-reflexão e, quem sabe, possamos, de forma mais acirrada, expor as verdadeiras faces de mais essa criação do capital, a responsabilidade social empresarial.

O romance¹ e a realidade

O perfume embriagador das rosas impregnava o estúdio; e quando a leve aragem do estio começou a sussurrar por entre as árvores do jardim, o aroma forte de lilases entrou pela porta aberta, de mistura com mais suave das flores róseas do espinho. [...] No centro da sala, em alto cavalete, destacava-se o retrato de um moço de extraordinária beleza, em tamanho natural. O moço retratado, Dorian Gray, diante do quadro percebe que este não será atingido pelo tempo, que o retrato se conservará eternamente jovem, enquanto que sim, dia haveria de vir em que o rosto se lhe deformaria, enrugado e murcho, com olhos emaciados; em que o seu corpo airoso perderia a elegância, a graça dos movimentos [...] a vida lhe deformaria o corpo. A essa idéia, uma dor lancinante trespassou-o como uma punhalada. [...] Se fosse o contrário! Se eu pudesse ser sempre moço, se o quadro envelhecesse!...Por isso, por esse milagre eu daria tudo! Sim, não há no mundo o que eu não estivesse pronto a dar em troca. Daria até a alma! Forma-se o pacto, embora Dorian Gray, nesse momento, ainda não o saiba.

Aqui, há que se perguntar, *a priori*, o que há no mundo que as organizações, por meio de seus administradores não fossem capaz de fazer para manterem-se “vivas” e competitivas no sistema capitalista de produção, para sustentarem *ad infinitum* uma “vida” que depende da exploração e miséria de tantos seres humanos. Pergunta: poder-se-ia dizer que ao adentrarem o mundo empresarial, os administradores ou gerentes não têm consciência que a máquina que está a serviço do capital é a mesma que produz novas vítimas do sistema a cada dia? Imaginemos que não. Que, alienados, acreditam que o seu trabalho somente produzirá, através do desenvolvimento da empresa, novas oportunidades para todos, que inúmeros benefícios serão gerados para o coletivo, que quanto mais tal empresa ‘crescer’, melhor para a sociedade.

Se alguém pensou em Giddens e ‘seguidores’ (Hardt, Negri, e outros não tão conhecidos), concordamos neste ponto, uma vez que como destaca Saul (2003, p. 2),

o capitalismo contemporâneo é visto por Giddens como um novo modelo de integração social, orientado por laços que se estendem muito além das fronteiras tradicionais das comunidades e das nações, levando em si um novo sentido de organização social e política que desafia as atuais gerações a repensarem as raízes da experiência democrática. Este é o sentido de *A terceira via*.

Um projeto baseado em uma política neoliberal que defende a tese de que os governos não podem mais manter os pesados custos da sociedade, ou seja, uma *Terceira Via* que tem no bojo a redução máxima da ação estatal e, portanto, a concretização do Estado mínimo. Mais especificamente: um discurso que defende a liderança do setor empresarial na construção de uma sociedade mais justa, o que pode começar com a própria responsabilidade social das empresas e, estas, por sua vez, estimulariam os grupos que compõem o terceiro setor, todos incluídos no ideário da *Terceira Via*. Confesso que minha curiosidade sobre a partir de qual planeta Giddens está falando se torna cada vez maior, ou melhor, citemos o próprio Giddens para que possamos entender como este compreende os dias atuais:

Não é nem um período de construção imperial nem do crescimento de ideologias competitivas (...). Nossa geração não enfrenta o risco de guerra global a serviço de bandeira, território ou ideologia. O comércio cresce exponencialmente a cada ano. Os padrões de vida, apesar das marcas da horrenda miséria nos países menos desenvolvidos, estão não obstante crescendo em todo o mundo. A expectativa de vida cresce globalmente, a mortalidade infantil decresce e as mulheres libertam-se do trabalho doméstico. A economia global aberta é uma preciosa conquista, oferecendo oportunidade, criatividade e riqueza (HUTTON & GIDDENS, 2001, p. 213-4).

Ora, vejam bem!!!

Voltemos ao nosso jovem Dorian Gray e a seus principais companheiros: Basil Hallward, o pintor, e Henry Walton. Este último um seu influenciador, uma dessas criaturas que acreditam que *só os espíritos fúteis não julgam pela aparência, que o verdadeiro mistério do mundo é o visível e não o invisível. [...] que o valor de uma idéia nada tem a ver com a sinceridade do indivíduo que a exprime, que na realidade, a probabilidade é que quanto menos sincero for o indivíduo, mas puramente intelectual será a idéia*. Do detentor de tais crenças, *Dorian não desprendia os olhos, ouvia-o como sob efeito de um encantamento*. Vejamos o próprio Henry Walton quando, em uma conversa, é abordado o tema da miséria: *posso ser solidário com tudo, menos com o sofrimento. Tenho-lhe aversão. O sofrimento é hediondo, horrível, desalentador. Nessa simpatia moderna pela dor, há qualquer coisa de mórbido. Quanto menos se aludir às tristezas da vida, tanto melhor. [...] O problema da escravidão, por exemplo, nós procuramos resolvê-lo divertindo os escravos*.

E atualmente, como são iludidos os trabalhadores? Como são resolvidos os problemas gerados pelo próprio sistema capitalista de produção? Para começar, poderíamos pensar que com programas que incentivam a responsabilidade social e o trabalho voluntário dos operários junto à comunidade, embora quando divulgados na mídia, utilizados para marketing corporativo, a empresa é que se destaca como socialmente responsável, embora, em muitos casos, tais atividades empreendidas pelos trabalhadores sejam realizadas fora do seu horário de trabalho, entretanto, “incentivadas” pelas organizações.

Ao ‘incentivar’ tais atividades, segundo Giddens (2001), as empresas estão favorecendo o associativismo entre os pobres e o desenvolvimento de empreendimentos sociais, que liderados por jovens líderes empresariais, podem promover a “redistribuição de possibilidades”, ou seja, o mercado, melhor que qualquer outro, acredita o autor, favorece atitudes responsáveis porque demanda cálculo e raciocínio – e não decisões burocráticas. Pior, pois, de acordo com Oliveira (2003, p. 7-8),

as pedras fundamentais desse “novo progressismo” são: oportunidades iguais, responsabilidade social e mobilização de cidadãos e comunidades. [...] E tem como base o trabalho voluntário e as doações dos que podem dispor de dinheiro e tempo livre, o empresariamento social, praticado principalmente pela ONGs e desobriga o Estado do financiamento dos recursos que deveriam garantir os direitos do cidadão, agora reduzidos a um mínimo pré-contratual, promovendo a despolitização da sociedade civil através da desmobilização e fragmentação da classe trabalhadora, processos tidos também como “naturais”.

Temos, portanto, a exaltação do Estado neoliberal através de empreendimentos que começam com a conhecida responsabilidade social corporativa e se espraiam por toda a sociedade civil. Estado este que

não pode sobrecarregar-se com programas sociais, pois os pobres são responsáveis pela própria condição e o mercado garante a seleção dos mais aptos; é preciso combater a 'cultura da dependência'. Só tolos falam nos 'objetivos sociais da empresa' ou da 'propriedade': o objetivo da empresa é produzir, o da propriedade é servir à produção; os objetivos sociais têm de ser da sociedade, cobertos mediante a arrecadação de tributos que atraiam o menos possível o processo produtivo e que sejam previsíveis e estáveis. (SROUR, 1998, p. 248).

Tratando da ‘responsabilidade social corporativa’, esta ainda apresenta duas faces distintas e dois ‘audazes’ cavaleiros que as defendem: Milton Friedman e Paul Samuelson. O primeiro, ganhador do prêmio Nobel em 1976, por esta teoria, assume que a responsabilidade primária da organização é maximizar lucros e, o único interesse dos acionistas e, portanto, da empresa, é o retorno financeiro. Em outro extremo, encontra-se a doutrina defendida por Paul Samuelson na qual as empresas existem em uma comunidade, beneficiam-se desta e, portanto, não podem refugiar-se no isolamento se o mundo ao seu redor começa a se despedaçar, devem de alguma forma, buscar também beneficiar a sociedade.

Enfrentamos uma mistura de ambas: a organização por nada ou ninguém se responsabiliza, tal como Dorian Gray, a não ser por seus próprios interesses, porém age sob uma capa de heroína socialmente responsável com seus paliativos que demonstram certa preocupação com os atores sociais, maximizam o retorno econômico e confundem aos que querem ser confundidos.

Estas teorias, de Friedman e Samuelson, bem que poderiam ser representativas das atitudes de Dorian Gray, o jovem do nosso romance, em sua primeira e segunda fases, ou seja, antes e depois de saber que suas ações serão refletidas em outros corpos, no caso das empresas e no ‘quadro’, no caso do jovem.

Entretanto, as empresas, ao longo do tempo, assim como Dorian Gray descobriram a importância das ‘boas ações’ e, menos inescrupulosas que o nosso jovem não estão preocupadas com os corpos que recebem os resultados das suas atitudes, com os trabalhadores, com o ‘quadro’ que é deformado ao longo do tempo. Ao contrário, sua virtude está em saber explorar estas ‘boas ações’ praticadas e expô-las diante da sociedade como um todo, em fazer o seu marketing, ainda que sejam elas realizadas com um *trejeito hipócrita*, em nome da *vaidade organizacional* e, principalmente, da sua própria manutenção dentro do sistema capitalista de produção.

Como já destacou Drucker (1992), responsabilidade social e lucratividade são compatíveis e verdadeiros empresários conseguem converter responsabilidade social em oportunidades de negócios. Vai mais longe: empreendedores conseguem transformar o problema social numa oportunidade econômica e em benefício econômico, em capacidade produtiva, em riqueza. Há que se saber para quem!!! Mas sobre isso, Drucker não fala.

Todavia, autores contrários às responsabilidades sociais das empresas, baseiam seus argumentos nas teses de Milton Friedman (1970), ou seja, que responsabilidade social de

qualquer empresa em uma economia capitalista é auferir os maiores lucros possíveis ao longo do tempo. Segundo Friedman (1970), existem poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Essa questão é, portanto, fundamentalmente subversiva, pois se os homens de negócios têm outra responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro para seus acionistas, como poderão eles saber quais as prioritárias?

Talvez para evitar um problema de tal proporção, Carrol (1991), tenha desenvolvido a pirâmide da responsabilidade social empresarial (RSE), que indica a qualquer ‘desavisado’ qual é a responsabilidade primeira da empresa. Em sua base, a *responsabilidade econômica*, a base da responsabilidade sobre a qual derivam as outras. A seguir, a *responsabilidade legal*, ou seja, jogar dentro das regras do jogo, obedecendo às leis. Em terceiro lugar na pirâmide, as *responsabilidades éticas*, obrigação de fazer o que é correto, justo para evitar danos e, por último, as *responsabilidades filantrópicas*, isto é, contribuir com recursos para a comunidade, melhorar a sua qualidade de vida.

Qualquer comentário, aqui, sobre tal ordem de responsabilidades das empresas só iria cansar o leitor, uma vez que a ordem é clara. Como bem já destacou Tragtenberg (1987, p. 29): “o grande objetivo que a classe dominante propõe é a mistificação do aumento crescente do nível de vida”, porém, o aumento das necessidades que a sociedade capitalista gera está cada vez mais evidente. No entanto, isso também é escamoteado quando as elites afirmam que vivemos em uma sociedade igualitária aonde todos têm os mesmos direitos e oportunidades, não estando ninguém obrigado a submeter-se ao julgo do capital.

Não é o proletariado obrigado por lei alguma a submeter-se ao julgo do Capital e sim pela miséria, pela falta de meios de produção. Mas, nos quadros da sociedade burguesa, não haverá no mundo lei que lhe possa proporcionar esses meios de produção, porque não foi a lei, e sim o desenvolvimento econômico que lho arrancou (LUXEMBURGO, 1970, p. 65).

Voltemos ao nosso romance. Ao descobrir que independentemente da maneira que optar por agir, jamais lhe será imputado qualquer repreensão ou sofrimento, Dorian Gray começa a dispor dos seres humanos da maneira que melhor lhe convier. Entretanto em uma primeira ação irresponsável que leva ao suicídio de uma moça, *no retrato, a luz do dia mostrava-lhe as linhas cruéis em torno da boca, tão nitidamente como se ele se tivesse vendo em um espelho, depois de praticar uma ação terrível*. Mas qual não foi a surpresa, o jovem gostou da ‘sensação de poder’ e ‘impunidade’ e, a partir de então, conscientemente, como um toque de Midas ainda mais bizarro, tudo o que ele toca se degrada, destrói pessoas, perturba, conduz a outros suicídios, assassina e ainda assim continua com uma vida imperturbável como se todos os seres humanos existissem para servi-lo.

Uma coisa, pelo menos, esse quadro lhe proporcionara: fizera-o compreender a injustiça e a crueldade no seu procedimento. Mas a presença do quadro o incomodava e, então, Dorian Gray decide escondê-lo. Coloca-o em um quarto e a partir de agora, *sob uma colcha escarlate, a face pintada na tela podia, à vontade, tornar-se bestial, balofa, obscena, que importava? Não veria viva alma. Nem ele próprio. Por que assistir a essa decomposição? Porém, uma vez ou outra, abria a porta do quarto e examinava minuciosamente, às vezes com deleite monstruoso e terrível, as linhas hediondas que desfiguravam a testa, que emurcheciam a boca*, mas não era com ele.

Um dia, porém, Basil Hallward, o pintor, descobre o lastro de miséria que a presença de Dorian pode deixar em uma cidade. O jovem decide, então, contar a Basil Hallward que nunca sofrerá as consequências de suas ações. Mostra-lhe o quadro e este, *com uma exclamação de horror ao ver o esgar hediondo do rosto pintado na tela, enche-se de aversão e repugnância. Só pode ser uma paródia malévola, uma sátira abjeta, infame*, exclama Basil.

À censura de Basil Hallward, Dorian Gray decide matá-lo ali mesmo no quarto e, *depois, firmemente decidido a não pensar no que sucedera, enquanto não fosse absolutamente necessário, senta-se em uma poltrona e vai ler um livro.*

Meus caros, não agem assim também as empresas? Escondem sob a *colcha escarlate* todas as conseqüências dos seus atos sobre os trabalhadores de modo que não possam vê-las, embora saibam que lá estão. E mais, ficam a esperar, *ad infinitum*, firmemente decididas a não pensar no que se passa na sociedade ou com as vítimas do sistema capitalista de produção enquanto não for absolutamente necessário. Não é a responsabilidade social empresarial uma tentativa de conter um pouco mais, ou melhor, de esconder por mais um período de tempo as seqüelas que estas mesmas empresas imputam aos trabalhadores?

Daí que os opressores desenvolvam uma série de recursos através dos quais propõem à “ad-miração” das massas conquistadas e oprimidas um falso mundo. Um mundo de engodos que, alienando-as mais ainda, as mantenha passivas em face dele. [...] Criando mitos indispensáveis à manutenção do *status quo*. O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. [...] **O mito do heroísmo das classes opressoras [...] O mito de sua caridade, de sua generosidade, quando o que fazem, enquanto classe, é assistencialismo.** [...] O mito da operosidade dos opressores e o da preguiça e desonestidade dos oprimidos. O mito da inferioridade “ontológica” destes e o da superioridade daqueles (FREIRE, 2005, p. 158-9).

Por fim, quando já ‘com mais idade’, tendo experienciado todo tipo de situação que tornam homens e mulheres objetos de sua vontade, decide, de uma hora para outra “ser bom”: *fiz coisas horríveis na minha vida. Resolvi adotar outra norma. Comecei ontem as minhas boas ações.* No entanto, ao buscar o quadro para verificar se o resultado de suas “boas ações” ali já se refletia, *este parecia ainda mais medonho e nos olhos, luzia uma expressão nova de astúcia e, na boca vincada, um trejeito hipócrita.* A constatação era óbvia: *era a vaidade que o induzia a praticar uma boa ação* e, embora Dorian Gray tentasse se convencer que era mais do que isso, que não eram os seus atos apenas hipocrisia, que era verdadeiro o seu reconhecimento da existência também legítima do outro, do direito de vida de outros sujeitos, era somente isso que o quadro mostrava: uma hipocrisia que denunciava “ações” com vistas ao próprio interesse por trás de cada pensamento e atitude.

Alguma semelhança com nossas organizações empresariais?! Vejamos o que diz Luxemburgo (1988, p. 105):

Os negócios florescem sobre as ruínas. As cidades se transformam em escombros, países inteiros em desertos, aldeias em cemitérios, nações inteiras em mendigos [...] A fome campeia...miséria e desespero em todos os lugares. Sem vergonha, sem honra, nadando em sangue e espalhando imundície: assim vemos a sociedade capitalista. Não como a vemos sempre, desempenhando papéis de paz e retidão, ordem, filosofia, ética, mas como besta vociferante, orgia de anarquia, emanação pestilenta, devastadora da cultura e da humanidade: assim nos aparece em toda sua horrorosa crueza.

Este bem que poderia ser, se já não é, o quadro resultante das ações do sistema capitalista de produção ou, mais precisamente, dos indivíduos que perpetram sua vontade em nome da sua sobrevivência e, destes próprios indivíduos, obviamente, em detrimento da maioria dos sujeitos sociais, gerando dia após dia uma nova classe de vítimas desse sistema.

Todavia, assim como no livro, em um determinado momento, quando a crueza é aparente e gritante, quando já não se pode mais esconder os corpos e mentes dos trabalhadores deformados pelas ações dos representantes do capital, esses indivíduos, os gerenciadores do sistema, decidem também que é chegada a hora de praticar algumas ‘boas ações’.

São iniciadas, então, as ditas ‘ações socialmente responsáveis’, ou seja, é colocada em prática a responsabilidade social que, de acordo com o *Instituto Ethos* (2006) pode ser

entendida como uma “cultura de gestão que procura aplicar princípios e valores a todas as atividades e relações da empresa, (...) abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo”.

Todavia, há que se saber justo para quem, assim como saber quem determina quais princípios e valores devem ser aplicados. Sabemos essa resposta, o próprio *Instituto Ethos* (2006) ‘colabora’ com os desavisados e não deixa dúvidas sobre o tema quando informa que a “responsabilidade social é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior, cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar entender e incorporar aos negócios”, ou seja, a responsabilidade social trata diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz, desde que atenda aos seus interesses em detrimento das centenas de corpos que ‘fazem parte da organização’.

Por outro lado, desde quando a comunidade, mais precisamente, as vítimas do sistema capitalista fazem parte da cadeia de negócios da empresa? Sim, lógico, elas fornecem material para que as organizações empresariais façam marketing social, ou seja, ‘irresponsabilidade organizacional’, um ‘faz de conta’ memorável que bem poderia figurar entre *‘Os cem melhores contos brasileiros do século’*.

E, assim como Dorian Gray, mais até, pois o jovem tentava se convencer de que seus atos não eram apenas hipocrisia, as empresas mais do que tentar convencer ao ‘corpo organizacional’ de suas ações ‘incondicionais e desprezíveis’ em nome da comunidade, tenta convencer a sociedade que o seu verdadeiro interesse está em promover o bem estar coletivo, embora continue a imputar sobre os corpos que diz estar beneficiando, os mesmos castigos de outrora. Tudo em nome do ‘benefício de todos’, embora saibamos que esse todo tem sido peremptoriamente reduzido a uns poucos indivíduos e à própria organização.

Entretanto, parece que temos nos concentrado em nos ‘cegarmos’ a estas ‘armadilhas’, em sermos úteis, a esgotar nossas forças em satisfazer necessidades que nem sabemos nossas, a concordar e a divulgar de boa vontade as ações desenvolvidas por muitas empresas que na maioria das vezes não passam de mero cumprimento das obrigações legais ou regras mínimas que garantem a sua sobrevivência em longo prazo, tais como respeitar as relações com os empregados e seus dependentes, procurar suprir os funcionários com benefícios extras, fornecer creches, priorizar o seu bem estar, fomentar um clima organizacional saudável, promover um processo de comunicação caracterizado pela transparência, estimular os funcionários a prática de trabalho voluntário, muitas vezes fora do horário de trabalho, embora a organização divulgue como parte de suas práticas socialmente responsáveis, assim como distribuição de alimentos e vestimentas em épocas comemorativas, ou seja, atitudes que são divulgadas como socialmente responsáveis, mas que não passam de paliativos e atitudes cujo objetivo precípua é melhorar a imagem da empresa diante da sociedade no intuito de torná-la mais ‘competitiva’. Alguém duvida disso?

Temos andado, desgraçadamente, anestesiados? A que tipo de deformação necessitará o ‘quadro’ atingir para que entendamos que a responsabilidade social tão propagada, na maioria das vezes, não passa de mera vaidade que perpetra mais deformações?

Dorian Gray, ao final, na tentativa de destruir o quadro e tudo o que ele significava, destruiu a si próprio, todavia, não podemos esperar tal atitude de nossas organizações ou do sistema que ora se apresenta como dominante, pois como já destacou Freire (1984), seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes ou que o próprio sistema capitalista de produção desenvolvesse uma forma de destruir a si mesmo. Estas sequer reconhecem a existência das classes sociais ou dos conflitos na sociedade, estão sempre a mascará-los.

Não podendo negar, mesmo que o tentem, a existência das classes sociais, em relação dialética umas com as outras, em seus conflitos, falam na necessidade de compreensão, de harmonia, entre os que compram e os que são obrigados a vender o seu trabalho. Harmonia, no fundo, impossível pelo

antagonismo indisfarçável que há entre uma classe e outra. Pregam a harmonia de classes como se estas fossem aglomerados fortuitos de indivíduos que olhassem, curiosos, uma vitrina numa tarde de domingo (FREIRE, 2005, p. 163-4).

Assim vive a classe que se apodera dos instrumentos de produção: ‘alienadamente’, porém sabedoras da existência de corpos resultantes da sua responsabilidade social que redundam em ‘irresponsabilidade coletiva’.

Em *O retrato de Dorian Gray, apesar de suas "boas ações", o quadro não se alterava para melhor como supunha, continuava a gotejar sangue ainda mais vivo e estava mais horrendo. Então Dorian percebe claramente a verdade: por vaidade agia e a hipocrisia pusera-lhe no rosto a máscara da bondade.* Assim também acontece nas organizações. Gerentes, administradores agem em nome de suas empresas, ou seja, são socialmente responsáveis porque hoje, também, a responsabilidade social empresarial se tornou uma estratégia competitiva para as empresas, pois a imagem da empresa tem influência direta no seu valor de mercado. Todavia, para as classes trabalhadoras, o ‘quadro’ não se altera, de fato, para melhor. Estas continuam *a gotejar sangue ainda mais vivo e cada vez mais horrendo.* Entretanto, a pergunta, aqui, não é: quando se perceberá claramente a verdade? Esta já está mais do que explícita. É por interesse econômico que agem as organizações e a ideologia da classe dominante, assim como a hipocrisia, põe-lhe no rosto a máscara da bondade.

Algumas considerações

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. [...] Não tenho raiva de quem pensa assim. Lamento apenas a sua posição: a de quem perdeu seu endereço na História (FREIRE, 1996, p. 19-20).

Assim como Oliveira (2003), também acredito que tais projetos, como a responsabilidade social empresarial, amplamente divulgada nos últimos anos, produz efeitos nefastos no cotidiano das classes populares, devido à promoção da mercantilização dos direitos sociais, que se instrumentaliza com o redimensionamento do aparelho estatal e com as reformas que colocam em cheque os mecanismos universalistas de intervenção e financiamento do bem-estar social.

Isto é, tais programas perpetrados pelas organizações, nada mais fazem do que naturalizar as relações desiguais e, por sua vez apresentar as empresas como salvadoras das ‘classes inferiores’, absorvendo a crença da auto-regulação do mercado. Todavia,

é de fato por demais conhecido que o reformador pequeno-burguês vê em tudo um lado ‘bom’ e um lado ‘mau’ e que anda por todos os caminhos. É também um fato bem conhecido que o curso real da história não se inquieta absolutamente nada com as combinações pequeno-burguesas e deita abaixo os andaimes bem construídos e os seus melhores cálculos, sem considerar que os ‘lados bons’ das coisas, tão bem escolhidos na mistura (LUXEMBURGO, 1986, p. 92).

Por outro lado, quando leio artigos de acadêmicos que enaltecem a responsabilidade social corporativa fico a pensar que “A redução sociológica” de Guerreiro Ramos (1996) é a referência básica para todos os que pensam com autonomia a fundação de um pensamento brasileiro, quicá uma administração brasileira ou estudos organizacionais com identidade própria. Estudos que se recusam a simplesmente importar teorias, tais como a da responsabilidade social, divulgando-as e as enaltecendo no meio acadêmico

irresponsavelmente. Acredito que esse é o caminho de nossa cultura, descolonizada, diferenciada e com potencial para se afirmar.

Referências bibliográficas

DRUCKER, Peter. **Administrando para o futuro**: os anos 90 e a virada do século 20. São Paulo: Editora Pioneira, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática libertadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SAMUELSON, Paul Anthony. **Economia**. Lisboa: McGraw-Hill, 1993

SAMUELSON, Paul Anthony. **Fundamentos da análise econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

HUTTON, Will & GIDDENS, Anthony. *Global Capitalism*. New York: New York, 2001.

Instituto Ethos. <http://www.ethos.org.br>. 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa, a vermelha**: vida e obra de Rosa Luxemburgo (biografia por Luiz Pilla Vares). São Paulo: Busca Vida, 1988.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou revolução**. São Paulo: Global Editora, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma, revisionismo e oportunismo**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1970.

NERUDA, PABLO. **Livro das Perguntas**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2004.

Saul (2003)

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **O projeto político da Terceira Via**. *Revista da Ciência Política*, n. 14, Dez., 2003.

BERNARD SHAW, George. **Socialismo para milionários**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2004.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

TRAGTENBERG, Maurício. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: MOTTA, Fernando C. Prestes *et al.* **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

WILDE, Oscar. **O retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

¹ Quando em itálico, as citações foram retiradas do livro “O retrato de Dorian Gray” sem qualquer modificação. No restante, o romance é contado sucintamente.